



DELIBERAÇÕES DAS REUNIÕES DE CÂMARA

03 DE NOVEMBRO DE 2014

10 DE NOVEMBRO DE 2014

24 DE NOVEMBRO DE 2014

GAP - Gabinete de Apoio à Presidência

Reunião Ordinária de 03 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Aprovar nos termos do artigo 12.º do Regulamento para a Concessão de Distinções Honoríficas, Medalhas, Diploma e Chave de Honra da Cidade, a atribuição de Medalha da Cidade da Figueira da Foz à Sociedade União Operária dos Vais, como forma de distinção e de público apreço pelo seu contributo continuado para o progresso e o bom nome da Cidade e do Concelho.
- Atribuir um voto de congratulação e reconhecimento aos Bombeiros Municipais da Figueira da Foz pela sua participação e classificação final no Campeonato Mundial de Trauma e Desencarceramento, e submeter à Assembleia Municipal.
- Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 11.º e do artigo 18.º do Regulamento Geral de Mercados Municipais, autorizar o pedido de averbamento do tabuleiro T40 da concessionária Maria Fernanda Ribeiro Fonseca, para o nome de seu cunhado, Ermezindo Machado Rodrigues, passando o concessionário a ser titular dos tabuleiros T37, T38, T39, T40, T42, T43 e da loja L6.
- Ratificar a autorização da alteração do horário de funcionamento do Mercado Municipal Engenheiro Silva, solicitado por diversos concessionários, nos dias 30 e 31 de outubro, das 07h00 às 16h00 para as 07h00 às 18h00.
- Autorizar a troca do Módulo M27 pelo Módulo M26, do Mercado Municipal Engenheiro Silva, solicitada por Maria do Céu Biscaia Leitão Oliveira, na qualidade de concessionária.
- No uso da competência que lhe é conferida, e nos termos dos artigos n.º 13 e 14 do Regulamento Geral dos Mercados Municipais e artigo n.º 16.º do Programa da Hasta Pública, após o dia 06 de outubro, data em que terminou o período de noventa dias para a apresentação dos documentos em falta, determinado na primeira prorrogação autorizada, aprovar o solicitado por Joaquim João Gomes Varela, concedendo novo período de prorrogação do prazo por mais



Câmara Municipal da Figueira da Foz

trinta dias para a apresentação dos documentos em falta, referentes à caducidade de ocupação de lugares de venda no Mercado Municipal Engenheiro Silva (bancas de peixe B18 e B20), contados a partir da data da notificação da deliberação.

A Câmara, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por unanimidade:

- Atribuir nos termos do artigo 15.º do Regulamento para a Concessão de Distinções Honoríficas, Medalhas, Diploma e Chave de Honra da Cidade, a Medalha de Mérito Desportivo em Prata Dourada, a António José Mendes da Fonseca Marques Antunes.

Reunião Extraordinária de 10 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e três abstenções dos Vereadores da Coligação Somos Figueira, João Armando, Anabela Tabaço e Ana Catarina de Oliveira, no uso da competência que lhe foi conferida pela alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º nos termos das alíneas a) a f) do n.º 1 do artigo 132.º e nos termos do artigo 133.º todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o seguinte:

- Aprovar a celebração dos Acordos de Execução de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia para o ano de 2015, bem como submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a abertura de um Concurso Público para a atribuição de direito de ocupação, de natureza precária da Loja L33 no 1.º piso do Mercado Municipal Engenheiro Silva para a exploração de um estabelecimento de restauração e o respetivo programa de concurso público.

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Aprovar nos termos do artigo 18.º do Regulamento para a Concessão de Distinções Honoríficas, Medalhas, Diploma e Chave de Honra da Cidade, a atribuição da Medalha de Mérito Social, em Prata Dourada, à Associação João de Deus, como forma de a distinguir e de lhe prestar público apreço.
- Autorizar a troca dos tabuleiros T208 e T209, em nome da concessionária do Mercado Municipal Engenheiro Silva, Maria de Fátima Gonçalves Manta, pelos tabuleiros, T222 e T223, que se encontram na posse da Câmara Municipal.
- Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município da Figueira da Foz, autorizar o solicitado pela ACIFF - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, aprovando que os estabelecimentos comerciais, excecionalmente durante o mês de dezembro, poderão abrir das 09h00 às 20h00, de segunda feira a sábado.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

Serviço Veterinário Municipal

Reunião Ordinária de 03 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Isentar a munícipe Susana da Piedade da Encarnação Batista do pagamento das taxas inerentes à recolha, occisão dos canídeos e eliminação de cadáveres, num total de 78,78 €.

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Isentar a munícipe Maria Helena Ramos Pereira, do pagamento das taxas inerentes à recolha e permanência do seu cão de nome Roger, no CRAFF – Centro de Recolhimento Animal da Figueira da Foz, num valor total de 35,04 €.
- Aceitar a proposta apresentada pelos serviços, e proceder à doação da égua recolhida num terreno junto à Rua da Matiôa, freguesia de Tavadre, à Associação Cavalo Amigo, uma vez que a mesma nunca foi reclamada e ninguém manifestou interesse em adquirir/comprar o animal.
- Autorizar a celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município da Figueira da Foz e a APAFF - Associação de Protecção Animal da Figueira da Foz, para a criação de um Centro de Esterilização com uso exclusivo para esterilização de felinos.

DAGF – Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Finanças e Património

Subunidade Orgânica de Contabilidade

Reunião Extraordinária de 10 de novembro de 2014

A Câmara, encontrando-se ausentes os Vereadores da Coligação Somos Figueira, João Armando, Anabela Tabaço e Ana Catarina Oliveira deliberou, unanimidade:

- Com base na proposta de Orçamento do Município da Figueira da Foz para o ano de 2015, documentos que ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património – Subunidade Orgânica de Contabilidade deste Município:
 - Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2015-2018 e Orçamento para o ano de 2015;
 - Aprovar o Mapa de Pessoal para 2015, nos termos do artigo 29.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
 - Solicitar Autorização Genérica para assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e nos termos constantes do artigo 17.º das Normas de Execução do Orçamento de 2015;



Câmara Municipal da Figueira da Foz

– Submeter a presente proposta e os respetivos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições combinadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e três abstenções dos Vereadores da Coligação Somos Figueira, João Armando, Anabela Tabaço e Ana Catarina Oliveira:

- Mandatar o Presidente da Câmara Municipal para na Assembleia Geral da Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., apresentar a declaração de voto favorável, relativamente ao Orçamento e Plano de Atividades para 2015 acompanhado do Parecer do Fiscal Único, datado de 22 de outubro de 2014, o qual se encontra anexo à proposta de Orçamento do Município da Figueira da Foz.

A Câmara deliberou, por unanimidade, encontrando-se ausente o Presidente por se considerar impedido, ao abrigo das disposições combinadas da alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua redação atual:

- Retirar o Orçamento e Plano de Atividades para 2015 da Figueira Parques – Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, E.M., S.A..

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Fixar em 4,5% a participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz relativa aos rendimentos do ano de 2015, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
 - Submeter a presente proposta a apreciação da Assembleia Municipal;
 - Comunicar a percentagem de participação no IRS à Autoridade Tributária até 31 de dezembro de 2014, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

Subunidade Orgânica das Taxas e Licenças

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Isentar a Cáritas Diocesana de Coimbra do pagamento das taxas pelas licenças de publicidade e ocupação do espaço público, no montante de 233,34 €.
- Ratificar o despacho do Presidente exarado a 10 de novembro de 2014, através do qual isentou a ACIFF - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz do pagamento das taxas inerentes à ocupação do espaço público, no montante de 195,50 €.
- Isentar a Junta de Freguesia de Lavos do pagamento das taxas inerentes à realização do “7.º Festival das Enguias”, no montante de 65,55 €.



Subunidade Orgânica da Contratação Pública

Reunião Ordinária de 03 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços de inspeção de elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, incluindo a gestão de todo o processo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, pelo período de trinta e seis meses, cujo valor da despesa estimada é de 72.000,00 €, acrescido de IVA no montante de 16.560,00 €, perfazendo o valor global de 88.560,00 €, sendo os encargos a assumir distribuídos pelos anos económicos da seguinte forma: Ano económico de 2015: 29.520,00 €; Ano económico de 2016: 29.520,00 €; Ano económico de 2017: 29.520,00 €.

Sendo que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei 75-A/2014, 30 de setembro, a contratação dos serviços objeto da presente deliberação, carece da aplicação da redução remuneratória, pelo que deverá ser aplicada a taxa de 10% sobre o valor total, de acordo com o fixado na sua alínea c), ficando o preço base do procedimento no montante de 64.800,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços “Bilheteira Online” do Centro de Artes e Espectáculos, pelo período de trinta e seis meses, cujo valor da despesa estimada é de 14.680,00 €, acrescido de IVA no montante de 3.376,40 €, perfazendo o valor global de 18.056,40 €, sendo os encargos a assumir distribuídos pelos anos económicos da seguinte forma: Ano económico de 2015: 6.018,80 €; Ano económico de 2016: 6.018,80 €; Ano económico de 2017: 6.018,80 €.

Sendo que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei 75-A/2014, 30 de setembro, a contratação dos serviços objeto da presente deliberação, carece da aplicação da redução remuneratória, pelo que deverá ser aplicada a taxa de 10% sobre o valor total, de acordo com o fixado na sua alínea c), ficando o preço base do procedimento no montante de 13.212,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços para elaboração, impressão e acabamentos de agendas e eventos para o ano de 2015, cujo valor da despesa estimada é de 13.950,00 €, acrescido de IVA no montante de 3.208,50 €, perfazendo o valor global de 17.158,50 €, sendo que de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei 75-A/2014, 30 de setembro, a contratação dos serviços objeto da presente deliberação, carece da aplicação da redução remuneratória, pelo que deverá ser aplicada a taxa de 10% sobre o valor total, de acordo com o fixado na sua alínea c), ficando o preço base do procedimento no montante de 12.555,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços para georreferência das viaturas do Serviço Municipal de Protecção



Câmara Municipal da Figueira da Foz

Civil e Bombeiros, pelo período de trinta e seis meses, cujo valor da despesa estimada é de 8.208,00 €, acrescido de IVA no montante de 1.887,84 €, perfazendo o valor global de 10.095,84 €, sendo os encargos a assumir distribuídos pelos anos económicos da seguinte forma: Ano económico de 2015: 3.365,28 €; Ano económico de 2016: 3.365,28 €; Ano económico de 2017: 3.365,28 €.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços para limpeza do Centro de Artes e Espectáculos, pelo período de trinta e seis meses, cujo valor da despesa estimada é de 55.800,00 €, acrescido de IVA no montante de 12.834,00 €, perfazendo o valor global de 68.634,00 €, sendo os encargos a assumir distribuídos pelos anos económicos da seguinte forma: Ano económico de 2015: 22.878,00 €; Ano económico de 2016: 22.878,00 €; Ano económico de 2017: 22.878,00 €.

Sendo que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei 75-A/2014, 30 de setembro, a contratação dos serviços objeto da presente deliberação, carece da aplicação da redução remuneratória, pelo que deverá ser aplicada a taxa de 10% sobre o valor total, de acordo com o fixado na sua alínea c), ficando o preço base do procedimento no montante de 50.220,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços de impressão, cópia e digitalização, em regime de outsourcing, para as Escolas Básicas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância da Rede Pública do Município, pelo período de trinta e seis meses, cujo valor da despesa estimada é de 13.230,00 €, acrescido de IVA no montante de 3.042,90 €, perfazendo o valor global de 16.272,90 €. O valor aprovado já contempla a redução remuneratória de 10%, de acordo com o fixado na alínea c) do n.º 1 do artigo 73.º da Lei 75-A/2014, 30 de setembro.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços para impressão, cópia e digitalização, em regime de outsourcing, essencial para assegurar o normal funcionamento dos serviços municipais, pelo período de trinta e seis meses, cujo valor da despesa estimada é de 58.117,50 €, acrescido de IVA no montante de 13.367,03 €, perfazendo o valor global de 71.484,53 €, sendo os encargos a assumir distribuídos pelos anos económicos da seguinte forma: Ano económico de 2014: 3.971,36 €; Ano económico de 2015: 23.828,18 €; Ano económico de 2016: 23.828,18 €; Ano económico de 2017: 19.856,81 €.

O valor aprovado já contempla a redução remuneratória de 10%, de acordo com o fixado na alínea c) do n.º 1 do artigo 73.º da Lei 75-A/2014, 30 de setembro.

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Ratificar o despacho do Presidente exarado em 17 de novembro de 2014, através do qual autorizou a contratação de serviços para tratamento fitossanitário contra a praga de *Rhynchophorus ferrugineus* em palmeiras do Município da Figueira da Foz, cujo valor da despesa estimada é de 23.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor no montante de



Câmara Municipal da Figueira da Foz

5.405,00 €, perfazendo o valor global de 28.905,00 €, a distribuir pelos anos económicos, seguintes: Ano económico de 2014: 4.305,00 €; Ano económico de 2015: 24.600,00 €.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços na modalidade de avença, para apoio técnico na área de som e audiovisuais, aos auditórios do Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz, pelo período de doze meses, podendo ser renovável por igual período até limite máximo de trinta e seis meses, cujo valor da despesa estimada é de 32.400,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor no montante de 7.452,00 €, perfazendo o valor global de 39.852,00 €, a distribuir pelos anos económicos, seguintes: Ano económico de 2014: 1.107,00 €; Ano económico de 2015: 13.284,00 €; Ano económico de 2016: 13.284,00 €; Ano económico de 2017: 12.177,00 €. Sendo que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei n.º 75-A/2014, 30 de setembro, a contratação dos serviços objeto da presente deliberação, não carece da aplicação da redução remuneratória, por não se enquadrar nas situações aí descritas.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços na modalidade de avença, para apoio técnico na área de espetáculos e eventos a realizar nos Auditórios do Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz, pelo período de doze meses, podendo ser renovável por igual período até limite máximo de trinta e seis meses, cujo valor da despesa estimada é de 32.400,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor no montante de 7.452,00 €, perfazendo o valor global de 39.852,00 €, a distribuir pelos anos económicos, seguintes: Ano económico de 2014: 1.107,00 €; Ano económico de 2015: 13.284,00 €; Ano económico de 2016: 13.284,00 €; Ano económico de 2017: 12.177,00 €. Sendo que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, a contratação dos serviços objeto da presente deliberação, não carece da aplicação da redução remuneratória, por não se enquadrar nas situações aí descritas.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços para corte de vegetação junto à Zona Industrial da Gala – Figueira da Foz, cujo valor da despesa estimada é de 15.600,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor no montante de 3.588,00 €, perfazendo o valor global de 19.188,00 €. Sendo que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, a contratação dos serviços objeto da presente deliberação, deverá ser aplicada a redução remuneratória, caso se verifique algum dos requisitos constantes na referida norma legal.

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), com as subsequentes alterações, visando a contratação de serviços para iluminação decorativa da quadra natalícia, cujo valor da despesa estimada é de 5.700,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor no montante de 1.311,00 €, perfazendo o valor global de 7.011,00 €. Sendo que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, a contratação dos serviços objeto da presente deliberação, deverá ser aplicada a redução remuneratória, caso se verifique algum dos requisitos constantes na referida norma legal.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 4 e do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014), visando a contratação de serviços de animação para a Passagem de Ano 2014/2015, cujo valor da despesa estimada é de 20.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor no montante de 4.600,00 €, perfazendo o valor global de 24.600,00 €.

Sendo que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei n.º 75-A/2014, 30 de setembro, a contratação dos serviços objeto da presente deliberação, deverá ser aplicada a redução remuneratória, caso se verifique algum dos requisitos constantes na referida norma legal.

Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos

Subunidade Orgânica de Recursos Humanos

Reunião Ordinária de 03 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de um Protocolo de Cooperação entre o Município da Figueira da Foz e o IPC/Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, para a realização de estágio no âmbito da Licenciatura em Engenharia Informática.

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- De acordo com a informação dos serviços, aprovar a proposta de substituição do 2.º vogal do júri, no Procedimento Concursal de Direção Intermédia de 2.º grau para Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, pelo Diretor Administrativo e Financeiro do Município de Cantanhede, José Alberto Arêde Negrão, bem como, remeter o assunto à Assembleia Municipal.

A Câmara, encontrando-se ausente o Vereador João Armando, por se considerar impedido, ao abrigo das disposições combinadas da alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as posteriores alterações e do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua redação atual, deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de um Protocolo de Cooperação entre o Município da Figueira da Foz e o IPC/Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, para a realização de estágio no âmbito do Curso Técnico Superior Profissional em Construção Civil e Obras Públicas.

- Ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de um Protocolo de Cooperação entre o Município da Figueira da Foz e o



Câmara Municipal da Figueira da Foz

IPC/Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, para a realização de estágio no âmbito do Curso Técnico Superior Profissional em Reabilitação em Arquitetura.

DOMA - Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Obras e Projetos Municipais

Reunião Ordinária de 03 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Ratificar o despacho que autorizou a cedência de três contentores grandes do lixo e de uma varredora, solicitadas pela Junta de Freguesia de Vila Verde, no âmbito da realização da Festa das Sopas, cujo o apoio solicitado se estima em 115,83 €.
- Ratificar o despacho que autorizou a cedência de quatro contentores grandes do lixo, solicitados pelo Grupo Recreativo da Escola de Samba Rainha, no âmbito da realização das comemorações do 19.º aniversário deste grupo, cujo o apoio solicitado se estima em 25,51 €.
- Autorizar a cedência de uma carrada de areia fina, solicitada pela Junta de Freguesia de Lavos, cujo valor se estima em 90,93 €.
- Autorizar a cedência de 33 projetores, solicitados pela Junta de Freguesia de Buarcos, cujo valor se estima em 495,00 €.

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Autorizar a liberação de 15% do valor global da caução prestada pela firma Ramal Pombeiro Construções, Lda., no âmbito da obra de beneficiação da “EB 1 do Sobral - Borda do Campo - Obras de Construção” de acordo com as percentagens definidas no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto.

A Câmara, encontrando-se ausente o Vereador Miguel de Almeida, deliberou, por unanimidade:

- Autorizar a cedência de duas carradas de areia fina, solicitadas pela Junta de Freguesia de Bom Sucesso, cujo valor se estima em 326,27 €.
- Autorizar a cedência de uma carrada de areia fina, solicitada pela Junta de Freguesia de Buarcos, cujo valor se estima em 163,14 €.
- Ratificar o despacho que autorizou a cedência de um autocarro, solicitado pela ACIFF – Associação Comercial da Figueira da Foz, cujo valor se estima em 760,30 €.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Ratificar o despacho que autorizou a cedência de dois projetores, solicitados pela Junta de Freguesia de Tavadere, cujo valor se estima em 138,57 €.
- Aprovar a cedência de vinte vasos e das instalações do Meeting Point, solicitados pelo Clube Ornitófilo da Figueira da Foz, cujo valor se estima em 62,56 €.
- Ratificar o despacho que autorizou a cedência de cem cadeiras e das instalações do Meeting Point, solicitados por João Afonso Brás, cujo valor se estima em 62,64 €.
- Ratificar o despacho que autorizou a cedência de um palco descoberto, solicitado pela Junta de Freguesia de Lavos, cujo valor se estima em 285,81 €.

Divisão de Ambiente

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara, encontrando-se ausente o Vereador Miguel de Almeida, deliberou, por unanimidade:

- Ratificar o despacho do Presidente, exarado em 06 de novembro de 2014, através do qual autorizou o levantamento do encerramento preventivo do estabelecimento “REPO START BAR”, sito na Rua Dr. Francisco António Dinis, n.º 38, destinado a café e restaurante, com o horário de funcionamento das 07h00 às 23h00.

Divisão de Urbanismo

Subunidade Orgânica de Gestão Urbanística e Fiscalização

Reunião Ordinária de 03 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e quatro votos contra dos Vereadores da Coligação Somos Figueira, Miguel de Almeida, João Armando, Anabela Tabaço e Ana Catarina Oliveira:

- No âmbito do processo n.º 60/1987, em nome de Manuel Custódio de Jesus Antunes e Outros, freguesia de Buarcos, aprovar a 3.ª alteração ao alvará de loteamento n.º 1/1989, solicitada por Graça Maria Gomes Reis Coelho, proprietária do lote CE, que consiste em incluir o anexo em alvenaria simples composto por rés do chão, destinado a telheiro com casa do forno e arrumos de lenha, não sendo fechado, com uma altura máxima de 3 metros e área de 65 m2, edificado no limite posterior do lote, a confinar com a extrema Norte e extrema Poente do lote e mediante o pagamento de 260,00 €, referentes ao aditamento ao alvará de loteamento, de acordo com a Parte II, Anexo II, Quadro II (parte fixa) do Regulamento Urbanístico.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- De acordo com o ponto 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de junho, proceder à emissão da certidão solicitada por Maria Assunção Lebre da Silva, para efeitos de isenção de pagamento de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo período de dois anos, uma vez que, executou obras de conservação no prédio, no âmbito do processo de obras n.º 86/2012, freguesia de Buarcos.
- Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 71.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, declarar a caducidade da autorização para a operação urbanística, no âmbito do processo de obras n.º 542/2005, em nome de C.G.M. – Construções Imobiliárias Gameiro Matos, Lda., freguesia de Buarcos, dado que não foi requerida a emissão de autorização de construção dentro do prazo que lhe foi comunicado através do ofício n.º 9191/2010.
- No âmbito do processo n.º 17/1984, em nome de Fernando Pedro Rodrigues, freguesia de Tavadede, aprovar a alteração ao alvará de loteamento n.º 14/1984:
 - Que consiste na divisão do lote 4 em dois lotes, ficando o lote 4 com 993,4 m² e o lote 5 com 2350,0 m², ambos destinados a habitação unifamiliar com as mesmas características, nomeadamente, com 240,0 m² de área máxima de implantação, com cave destinada a garagem, rés do chão e primeiro andar destinados a habitação, passando o número de lotes de 4 para 5 e número de fogos também de 4 para 5 e ainda introdução de caves nos lotes 1, 2 e 3 destinadas a garagem;
 - Com a condição de que deverá a construção a erigir nos lotes 4 e 5 prever o estacionamento mínimo obrigatório de três lugares por fogo, tendo que, pelo menos um, ser coberto (de acordo com o Plano de Urbanização);
 - E mediante o pagamento de taxas e compensações no valor total de 4.896,51 €.

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, declarar a caducidade da licença, no âmbito do processo de obras n.º 4596/1983, em nome de Herdeiros de Amílcar Marques da Silva, freguesia de Alhadas, dado que, as obras não foram concluídas dentro do prazo estipulado.
- De acordo com os n.os 5 e 6 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, proceder à emissão da certidão solicitada por Maria Luísa Nunes Malafaia, para efeitos de isenção de pagamento de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo período de dois anos, de acordo com o ponto 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, Decreto-Lei n.º 215/1989, de 01 de julho, e orçamento de Estado de 2014, publicado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.
- Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 29.º e n.º 2 do artigo 30.º do Regulamento Urbanístico, reduzir o pagamento das taxas devidas em 50%, no âmbito do processo de obras n.º 91/2014, em nome de Maria Helena Figueiredo Briolanja Batista, freguesia de Quiaios, pagando a importância de 45,00 €, de acordo com o regulamento em apreço, e uma vez que se trata de obras de reabilitação/conservação.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Nos termos do n.º 3 do artigo 29.º e n.º 2 do artigo 30.º do Regulamento Urbanístico, dispensar o pagamento das taxas referentes à emissão da Licença Especial para Acabamentos, no âmbito do processo de obras n.º 378/1990, em nome de Rosalina Cambangula, freguesia de Quiaios.
- Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, declarar a caducidade da operação urbanística, no âmbito do processo de obras n.º 1182/2001, em nome de Louro & Fajardo – Montagem e Refractários e Construção Civil, S.A., freguesia de Quiaios, dado que, as obras não foram concluídas dentro do prazo estipulado por lei, 30 de janeiro de 2008.
- Ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, declarar a caducidade da licença, no âmbito do processo de obras n.º 55/2010, em nome de Nuno Miguel Francisco Esteves, freguesia de Alhadas, uma vez que não foi requerida a emissão do respetivo alvará.
- Ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 30.º do Regulamento Urbanístico, isentar a requerente Isabel Maria Jorge Pereira Dinis, freguesia de Tavadere, do pagamento das taxas devidas, referentes ao licenciamento das obras de demolição e alteração de fachada, no âmbito do processo de obras n.º 135/2014.
- Ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, declarar a caducidade da licença, no âmbito do processo de obras n.º 294/2010, em nome de Andrea Filipa Ferreira Dias, freguesia de Tavadere, uma vez que a emissão do alvará de construção para edificação de moradia não foi requerida no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento.
- Proceder à emissão da certidão solicitada por Maria de Fátima Vigário Pinheiro, para efeitos de redução do IVA - sobre a empreitada de conservação do imóvel e os materiais de construção, nos termos propostos nos pontos 2.23 e 2.27 do Código de Imposto sobre Valor Acrescentado, referente ao processo de obras n.º 638/1935, freguesia de Buarcos.
- De acordo com os n.os 5 e 6 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefício Fiscais, proceder à emissão das certidões solicitadas por Carla Maria Simões Nunes Simões Rodrigues, para efeitos de:
 - Isenção de pagamento de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo período de dois anos, de acordo com o ponto 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, Decreto-Lei n.º 215/1989, de 01 de julho, e orçamento de Estado de 2014, publicado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;
 - Redução do IVA sobre a empreitada de conservação do imóvel e os materiais de construção, nos termos propostos nos pontos 2.23 e 2.27 do Código de Imposto sobre Valor Acrescentado.
- De acordo com os n.os 5 e 6 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefício Fiscais, proceder à emissão da certidão solicitada por Vítor Manuel Figueiredo Simões, para efeitos de isenção de pagamento de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo período de dois anos, de acordo com o ponto 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, Decreto-Lei n.º 215/89, de 01



Câmara Municipal da Figueira da Foz

de julho, e orçamento de Estado de 2014, publicado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, referente ao processo n.º 25/2013, freguesia de Buarcos.

- De acordo com os n.os 5 e 6 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefício Fiscais, proceder à emissão da certidão solicitada por Maria Luísa Nunes Malafaia, para efeitos de isenção de pagamento de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo período de dois anos, de acordo com o ponto 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de julho, e orçamento de Estado de 2014, publicado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, referente ao processo n.º 69/2001, freguesia de Buarcos.

- De acordo com os n.os 5 e 6 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefício Fiscais, proceder à emissão da certidão solicitada por Maria Luísa Nunes Malafaia, para efeitos de isenção de pagamento de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo período de dois anos, de acordo com o ponto 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de julho, e Orçamento de Estado de 2014, publicado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, referente ao processo n.º 75/2013, freguesia de Buarcos.

- De acordo com os n.os 5 e 6 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, proceder à emissão da certidão solicitada por José Manuel Pereira da Costa, para efeitos de isenção de pagamento de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo período de dois anos, de acordo com o ponto 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de julho, e Orçamento de Estado de 2014, publicado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Divisão de Cultura

Reunião Ordinária de 03 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- De acordo com a informação dos serviços, aprovar e ratificar o apoio concedido na cedência dos autocarros municipais, referente ao 3.º trimestre de 2014, efetuada de acordo com as regras definidas no artigo 12.º do Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo, no valor total de 5.071,90.

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Ratificar o despacho do Presidente, exarado em 14 de novembro de 2014, através do qual aprovou o preço de venda ao público da edição “Coração, Cabeça e Estômago: Uma Tertúlia Figueirense”, pelo valor unitário de 8,00 €.

- Aceitar a doação da secretária em madeira do Professor Dr. Joaquim de Carvalho, por parte da Sr.ª D.ª Maria Teresa Lopes Pais Borges de Sousa Mendes e do Sr. Silvério António da Cunha Branco de Pais Borges de Sousa Mendes.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Autorizar a celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município da Figueira da Foz e a Fundação Francisco Manuel dos Santos, para estabelecer a forma de colaboração entre a Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás e a Fundação Francisco Manuel dos Santos, designadamente, no contexto do Projeto PORDATA, para criação de um ponto de acesso à base de dados naquela instituição.
- Aprovar a programação do Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz prevista para o 1.º trimestre de 2015, bem como, a proposta de valor de bilhetes a cobrar para cada espectáculo
- Aceitar a doação de uma pintura em técnica mista intitulada “Rota das Salinas” do artista Pedro José Correia de Oliveira.
- Isentar Margarida Maria da Cruz Mergulhão Medlam do pagamento de taxas pela digitalização de um documento do Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz, no valor de 2,40 €.

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Celebrar com a Fundação Rotária Portuguesa e o Rotary Club da Figueira da Foz um Protocolo/Regulamento, para a atribuição de uma Bolsa de Estudo a um aluno com carências económicas, no valor de 750,00 € para o ano letivo 2014/2015.
- Ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar o apoio logístico solicitado pela Associação Sociocultural Aliança, bem como, isentar a mesma do pagamento das taxas inerentes à realização do “Concerto de Natal Solidário” no Auditório Municipal, no dia 06 de dezembro de 2014, no montante total de 1.609,98 €, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras receitas do Município da Figueira da Foz.
- De acordo com a informação dos serviços, aprovar e ratificar o apoio concedido na cedência dos autocarros municipais, às Instituições Particulares de Solidariedade Social, referente aos meses de agosto, setembro e outubro, efetuada de acordo com as regras definidas na alínea d) do n.º 3 do artigo 1.º do Regulamento de Cedência e Utilização do Serviço Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Câmara Municipal da Figueira da Foz, no valor total de 630,75 €.
- Aprovar a atribuição de verbas aos Agrupamentos de Escolas (Figueira Norte - 1.883,23 €; Figueira Mar - 1.565,06 €; Paião - 1.519,32 €; Zona Urbana - 2.801,50 € do Município da Figueira da Foz, entidades responsáveis pela gestão financeira dos estabelecimentos de ensino que o constituem e que se encarregarão posteriormente pela sua distribuição, sendo o valor



Câmara Municipal da Figueira da Foz

global correspondente a 7.769,11 €.

Subunidade Orgânica de Juventude e Desporto

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Ratificar o despacho do Presidente, em que ao abrigo do disposto na alínea u) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou o apoio financeiro solicitado pela Assembleia Figueirense, para realização do “VIII Festival Internacional de Xadrez da Figueira da Foz”, no montante de 4.000,00 €, mediante celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município da Figueira da Foz e a Assembleia Figueirense.
- Autorizar o apoio logístico, solicitado pelo Clube de Automóveis Antigos da Figueira da Foz, cujo valor se estima em 6.129,82 €.
- Autorizar a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município da Figueira da Foz, a Federação de Andebol de Portugal, o Agrupamento de Escolas Figueira Mar, o Agrupamento de Escolas da Zona Urbana e o Grupo Caras Direitas, com o objetivo de realizar um Plano de Desenvolvimento do Andebol no Concelho da Figueira da Foz.

Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal

Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2014

A Câmara, encontrando-se ausente o Vereador da Coligação Somos Figueira, João Armando, deliberou, por unanimidade:

- Autorizar a liquidação antecipada do contrato de locação financeira com o n.º 507520, celebrado entre a ImoLeasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A. (atual Caixa Leasing e Factoring) no dia 05 de abril de 2001, na qualidade de locadora e a Empresa Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., como locatária, relativo ao prédio urbano, sito na Rua da Fonte, n.º 54, na extinta freguesia de S. Julião, concelho da Figueira da Foz, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz, sob a ficha n.º 1889, daquela freguesia, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 1691.

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Mandatar a Vereadora Ana Maria Sequeira da Silva Carvalho Oliveira, como representante da Câmara Municipal da Figueira da Foz na Assembleia Geral da empresa Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., a fim de votar favoravelmente a proposta de pedido de autorização para liquidação antecipada do contrato de locação financeira com o n.º 507520 celebrado entre a empresa Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M. e a ImoLeasing - Sociedade de



Câmara Municipal da Figueira da Foz

Locação Financeira Imobiliária, S.A. (atual Caixa Leasing e Factoring), com outorga da escritura de redução do prazo do contrato supra citado e compra do prédio urbano, sito na Rua da Fonte, n.º 54, na extinta freguesia de S. Julião, concelho da Figueira da Foz, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz, sob a ficha n.º 1889, daquela freguesia, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 1691, pagando a Figueira Domus o valor de 116.187,89 €, acrescido de 1% de penalização pela liquidação antecipada.

- De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a venda do imóvel pela empresa Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., através do procedimento de Ajuste Direto, ao abrigo do artigo 80.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto – Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, do prédio urbano, sito na Rua da Fonte, n.º 54, na extinta freguesia de S. Julião, concelho da Figueira da Foz, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz, sob a ficha n.º 1889, daquela freguesia, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 1691, pelo valor de 147.210,00 €.

- Mandatar a Vereadora Ana Maria Sequeira da Silva Carvalho Oliveira, como representante da Câmara Municipal da Figueira da Foz na Assembleia Geral da empresa Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., a fim de votar favoravelmente a proposta de pedido de autorização para venda do prédio urbano, sito na Rua da Fonte, n.º 54, na extinta freguesia de S. Julião, concelho da Figueira da Foz, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz, sob a ficha n.º 1889, daquela freguesia, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 1691, pelo valor de 147.210,00 €.

- Autorizar a empresa Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, a proceder à venda do imóvel, sito na Rua Engenheiro Alfredo Aguiar de Carvalho, n.º 55, lugar de Leirosa, na freguesia de Marinha das Ondas, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz, sob o n.º 5445, e inscrito na matriz predial urbana daquela freguesia, sob o artigo 2473, no 1.º Serviço de Finanças da Figueira da Foz, pelo valor de 42.000,00 €, ao atual arrendatário, António Ferreira Pinto de Lemos, uma vez que este demonstrou interesse na sua aquisição.

- Mandatar a Vereadora Ana Maria Sequeira da Silva Carvalho Oliveira, como representante da Câmara Municipal da Figueira da Foz na Assembleia Geral da Empresa Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, a fim de votar favoravelmente a proposta de pedido de autorização para venda do imóvel sito na Rua Engenheiro Alfredo Aguiar de Carvalho, n.º 55, lugar de Leirosa, na freguesia de Marinha das Ondas, concelho da Figueira da Foz, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz, sob o n.º 5445, e inscrito na matriz predial urbana daquela freguesia, sob o artigo 2473, no 1.º Serviço de Finanças da Figueira da Foz, pelo valor de 42.000,00 €.

A Câmara deliberou, aprovar por maioria, com cinco votos a favor e quatro votos contra dos Vereadores da Coligação Somos Figueira, Miguel de Almeida, João Armando, Anabela Tabaço e Ana Catarina Oliveira, o seguinte:

- A proposta do Conselho de Administração da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., de nomeação de Sebastião & Santos – SROC, representado por Sebastião António Pires Carriço, para Fiscal Único, nos termos dos estatutos



Câmara Municipal da Figueira da Foz

da empresa;

– Submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto.